

O BRASIL EM CAMPO: RELAÇÕES ENTRE FUTEBOL, POLÍTICA E ECONOMIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (1964- 1970)¹

Patrícia Volk Schatz²

RESUMO

A popularidade do futebol é mundial e no caso brasileiro oferece subsídios para análises políticas, culturais, econômicas e sociais. O governo civil-militar imposto após 1964 no Brasil possibilita a observação histórica da relação entre futebol e política notadamente durante o mundial de 1970 disputado no México. Este é o foco do presente trabalho que visa a análise da apropriação social do futebol, mas que não busca uma relação direta e determinante entre futebol e política que consagraram rotulações sobre o esporte como o “ópio do povo”. O trabalho busca a análise dos governos militares do período de 1964 a 1970 com destaque para as políticas econômicas, medidas ditatoriais e para o papel da imprensa. O documento histórico utilizado para a realização deste texto é o jornal Folha de São Paulo que esclarece o uso de mecanismos como o apelo a identidade e união nacional, a exposição das condições econômicas positivas e das medidas e emendas políticas dos governos militares. Com destaque para a Copa do Mundo de 1970 e a conquista do tricampeonato brasileiro este trabalho demonstra a superação dos limites institucionais de propaganda e repressão e os aspectos de apropriação diferenciada do futebol por governantes e população em um momento de crescimento econômico e mudanças sociais.

Palavras-chave: futebol; política; milagre econômico; Copa do Mundo; Folha de São Paulo.

BRAZIL ON THE FOOTBALL PITCH: RELATIONSHIPS BETWEEN FOOTBALL, POLITICS AND ECONOMICS THROUGH THE ANALYSIS OF THE NEWSPAPER FOLHA DE SÃO PAULO (1964 - 1970)

ABSTRACT

Football popularity is worldwide, and in the Brazilian case, it offers political, cultural, economic and social analyses. The civil-military government imposed after 1964, in Brazil, allows the historical observation of the relationship between football and politics especially during the world cup played in Mexico, in 1970. The focus of this work aims to examine the football social appropriation, but does not seek a direct and decisive relation between football and politics that devoted the title, about this sport, as the "opium of the people". This paper seeks to analyze the period of military governments, between 1964 and 1970, with emphasis on the economic policies, dictatorial measures and the press role. The historical document used to conduct this text is the newspaper Folha de São Paulo. It clarifies the use of mechanisms such as the call for

¹ O artigo é uma adaptação do segundo capítulo do trabalho de conclusão de curso em História intitulado “A estatização do futebol: da Copa do Mundo de 1970 a Mini-Copa de 1972” defendido em 2012 na Universidade do Estado de Santa Catarina. A pesquisa tem prosseguimento no Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina com o trabalho “A imprensa escrita entra em campo: relações entre política e futebol através da análise da revista Placar (1974-1982)”. Faz parte, também, do trabalho de conclusão de curso em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina com o título “A pátria de chuteiras: a Copa do Mundo de 2014 e os investimentos do PAC em Porto Alegre”.

² Graduanda em Geografia e mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina; E-mail: paty_schatz@yahoo.com.br

national unity and identity, the exposure of positive, economic conditions, measures and policies amendments of the military governments. Highlighting the 1970 Football World Cup and the conquest of the Brazilian Triple Crown, this work demonstrates the overcoming of institutional limits on propaganda and repression. Also, the aspects about football differentiated appropriation by rulers and people, at a time of economic growth and social change.

Key words: Football; Politics; Economic Miracle; World Cup; Folha de São Paulo.

INTRODUÇÃO

A trajetória dos escritos sobre o futebol, no Brasil, teve início com os escritos de jornalistas e escritores esportivos. Estes foram responsáveis pelos primeiros ensaios onde a preocupação era a descrição da prática futebolística e o papel do esporte na cultura nacional. A primeira questão relevante que projetou o esporte na imprensa nacional foi o embate entre federações reguladoras do futebol e os clubes por conta da contratação de jogadores negros. No final da década de 1910 Antônio Figueiredo e Leopoldo Sant’Ana, cronistas dos periódicos “A Gazeta” e “O Estado de São Paulo”, publicaram, respectivamente, os livros “*História do Football em São Paulo*” (1918) e “*O Football em São Paulo*” (1918). Sant’Ana deu sequência aos seus escritos com a publicação de “*Veteranos e Campeões*” em 1924 e “*Supremacia e decadência do futebol paulista*” em 1925.

Posteriormente o futebol recebeu maior atenção das universidades e trabalhos científicos. Livros com muita repercussão se tornaram referenciais como o caso de “*O negro no futebol brasileiro*” de Mário Rodrigues Filho publicado em 1947. Na obra Filho (1947) destacou a importância nacional do esporte como meio integrador como na passagem em que afirma que “entre os meios mais recentes - isto é, dos últimos vinte ou trinta anos - de ascensão social do negro ou do mulato ou do cafuzo no Brasil, nenhum excede, em importância, ao futebol”³.

Em 1970 verifica-se um crescimento considerável do espaço cedido ao futebol como tema de pesquisa. Cronistas, jornalistas, escritores e acadêmicos impulsionaram os trabalhos sobre o futebol no Brasil, sobretudo, a partir do espaço que o esporte obteve com o a propaganda ditatorial do regime civil-militar imposto após 1964.

A Copa do Mundo de 1970 e o tricampeonato mundial conquistado ineditamente pela Seleção brasileira abriram precedentes para discussões e polêmicas, notadamente a partir das rotulações sobre o esporte como o “ópio do povo”. Em 1982 Robert Levine

³ RODRIGUES FILHO (1964.p. 25).

publica “Esporte e Sociedade: o caso do futebol brasileiro” obra em que o autor afirma que o futebol é um meio de manipular as massas. E no mesmo ano Roberto Ramos com “Futebol: ideologia do poder” adensou as críticas sobre as relações entre futebol e política no Brasil.

Nas décadas seguintes se verificou a crescente utilização do futebol como objeto de pesquisa para diversas áreas do conhecimento e a década de 1990 reservou o pioneirismo dos centros de pesquisa com o Núcleo de Sociologia do Futebol da UERJ. Assim, o esporte se tornou tema de investigação das diversas áreas do conhecimento desde a História, a Geografia, a Literatura, a Educação Física, a Comunicação Social entre outros.

Este trabalho através da análise que produz dos primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira e da relação estabelecida com o futebol tem como objetivo desmistificar a visão que considera o esporte como simples meio de manipulação social. Neste sentido a imprensa escrita oferece a possibilidade de análise das condições econômicas, políticas e sociais do período que contribuem para uma avaliação mais profunda e que possa explicar com mais qualidade quais relações se estabelecem entre o esporte mais popular do Brasil e a política nacional.

O GOLPE CIVIL-MILITAR ENTRA EM CAMPO

O golpe civil-militar de 1964 foi resultado de uma articulação de segmentos conservadores que exploraram conflitos e insatisfações que atravessavam a sociedade. Pressões das camadas populares por aumentos salariais e reformas sociais foram respondidas com a hostilidade das camadas médias urbanas ao Governo Goulart⁴, o que serviu de base para a associação entre interesses empresariais e políticos com vistas a apoiar um movimento das Forças Armadas que, em nome da “democracia” e do “medo ao comunismo”, instalou um regime autoritário. Pode-se afirmar que o golpe de 1964 resultou da crise política do modelo nacional-desenvolvimentista, como observado por Jorge Ferreira:

⁴ João Goulart, assumiu o Governo em 1961 e pegou um país imerso em uma crise econômica, pois o período de expansão industrial do governo Kubitschek desembocou numa crise que se estendeu de 1962 a 1967. No triênio 62-65 a produção industrial não cresceu. “Isso contrastava com o desempenho da economia brasileira no quinquênio anterior, 1957-62 (11,3% ao ano) e com o desempenho contemporâneo (1962-65) da economia do mundo capitalista desenvolvido (6,3% ao ano) e mais ainda com o mundo capitalista subdesenvolvido (8,1%)” (RANGEL, 1985, p. 29). Soma-se ainda o endividamento interno e externo e a grave crise política. Segundo Ferreira (2005) com o sistema parlamentarista, que limitava seus poderes, Goulart procurou enfraquecer seus opositores conservadores com uma base política de apoio no centro ao mesmo tempo em que mantinha relações com as esquerdas.

Outros setores, sobretudo uma classe social poderosa, se mobilizaram contra as reformas de Goulart. [...] O ambiente político, sem dúvida, era de radicalização e, no campo e nas cidades, os trabalhadores vinham mobilizando-se pelas reformas há bastante tempo. [...] Embora o chefe da Casa Civil de Goulart, general Assis Brasil, garantisse ter montado um “dispositivo militar” para sustar qualquer tentativa de golpe, um grupo de coronéis, convencidos que seus superiores dificilmente tomariam a iniciativa de conspirar contra o presidente, decidiram tomar para si a tarefa. O Estado-Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe, o general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedioso.⁵

A primeira medida tomada pelo Alto Comando do Exército logo após o Golpe de 1964 foi o decreto do Ato Institucional nº 1. Esse primeiro Ato governamental determinou ao Congresso Nacional a escolha do novo presidente que deveria governar até o fim de 1966 rompendo com a tradição das eleições diretas. Além disso, definiu-se a suspensão e a cassação dos direitos políticos de parlamentares envolvidos com o deposto João Goulart, e ainda se deliberou sobre a intervenção governamental nos sindicatos e na União Nacional dos Estudantes (UNE).

O processo inflacionário era latente nos anos de 1964 e 1965, comprovados pelo índice de 92 % de inflação⁶; por isso, o Governo Castelo Branco caracterizou-se por reformas institucionais e adoção de instrumentos de política monetária. A política econômica estava centrada na adoção de um receituário de austeridade fiscal e monetária prescrita pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e por planos de desenvolvimento regionais para integração de territórios⁷.

O PAEG criado para o biênio de 1965-1966 tinha o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico do país e conter o processo inflacionário. De maneira efetiva, o rigor das medidas anti-inflacionárias agravou a crise econômica e o desemprego cresceu entre outubro de 1966 e março de 1967⁸. O Governo de Castelo Branco foi marcado por um período difícil da economia, justamente por suas medidas contencionistas pouco sucedidas. Ainda assim, no geral, houve um pequeno aumento no índice de crescimento da economia, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de 3,1% em 1964 para 4,4% em 1966.⁹ Na área econômico-social, a legislação do Governo Castelo

⁵ FERREIRA, 2005, p.348-350.

⁶ FURTADO, 1980, p. 175.

⁷ Como Planos de Desenvolvimento para as regiões, pode-se mencionar: Fundo de Valorização Econômica da Amazônia (FIDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

⁸ FURTADO, 1980, p.175.

⁹ FURTADO, 1980, p. 176.

Branco criou o Plano de Habitação Nacional que promoveria o financiamento da casa própria pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

Em 1967, assume o segundo General-Presidente, Arthur da Costa e Silva, que governou até 1969. Uma das primeiras ações políticas do presidente foi a demissão de todos os funcionários civis que ocupavam importantes cargos públicos, substituindo-os por militares, com exceção de Delfim Netto e Hélio Beltrão, ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente. Estes iniciaram uma política de retomada do crescimento econômico associada à política deflacionária.

A intensificação de conflitos sociais e de reações civis ao autoritarismo, em especial durante o ano de 1968, pareceu ameaçar a estabilidade do regime. O governo lançou mão de inúmeras medidas repressivas, com vistas a manter sufocada a reação popular. Isso culminou, como se sabe, no Ato Institucional nº 5 (AI-5), que praticamente encerrou qualquer tipo de possibilidade de negociação política: a ditadura consolidava-se.

Como medida de desenvolvimento, o governo Costa e Silva estabeleceu o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), visando acelerar a política industrial substitutiva das importações.¹⁰ Além do mais ficou estabelecido que setores como a agricultura, indústria, energia, transportes, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento receberiam novos investimentos. Destaque-se que parte desses recursos foi advinda do mercado mundial de capitais, em razão da falta de poupança interna para atender ao desenvolvimento, pela capacidade esgotada da indústria nacional de substituir importados e também pela conjuntura econômica internacional ser favorável ao capital externo.

O Governo Costa e Silva tratou de incentivar as exportações de modo que acompanhassem as taxas das importações, e conseqüentemente absorvessem o capital externo. Resultante da política econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) alcançou um índice de crescimento de 10 e 11,2%. Dessa forma, a partir de 1968 e já antecipando o “milagre” econômico brasileiro do Governo Médici, houve uma notável aceleração da indústria no setor de bens de consumo não duráveis, mas principalmente, o crescimento das médias e grandes empresas. Foram então as grandes empresas que lideraram a produção dos bens de consumo duráveis que, no Governo Médici, seriam a tônica do

¹⁰ Substituição das importações significa passar a produzir em território nacional o que era antes importado do exterior, é uma forma de incentivar a indústria nacional.

avanço econômico e do expressivo crescimento do mercado de consumo através das camadas médias urbanas.

Com a crise de saúde do General Arthur da Costa e Silva, os ministros, da Marinha, Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, do Exército, General Aurélio Lyra Tavares e da Aeronáutica, Brigadeiro Márcio de Souza Mello, formaram uma Junta Militar com o comando do Ministro Rademacker. O agravamento do estado de saúde de Costa e Silva exigia a ocupação do cargo da presidência, por conta das inquietações sociais. O Alto Comando do Exército indicou o General Emílio Garrastazu Médici para o cargo de Presidente, tendo como Vice, o Almirante Rademacker.

Em 31 de outubro de 1969, Médici assumiu a presidência do Brasil, cargo que ocuparia até 15 de março de 1974. O Governo Médici operou em três áreas: Ernesto Geisel ficou responsável pela área militar, Delfim Netto atuou no campo econômico e o chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, agiu na política.

GOLAÇO DO GOVERNO MÉDICI: O “MILAGRE” ECONÔMICO

O ano de 1968 é apontado como ano inicial do “milagre” econômico brasileiro baseado na reforma bancária, reforma do mercado de capitais, reforma tributária e instituição da correção monetária. O Governo Médici, no entanto, foi responsável pela continuação e resultados mais visíveis do momento econômico favorável, estendendo-se até 1973. Os dados estatísticos mostram que o período do “milagre” econômico representou a moderação das taxas de inflação¹¹, que caíram de 25,5% em 1968 para 15,1% em 1973, e o crescimento do PIB de 96% no mesmo período.¹²

Em linhas gerais, a política de Delfim Netto era destinada a promover o desenvolvimento capitalista associado, o que significa a participação do Estado em uma extensa área da economia. Assim o Governo concedia crédito, incentivava a exportação de produtos industrializados, indexava salários, isentava tributos, entre outras medidas. Segundo Daniel Aarão Reis, durante o período do “milagre econômico”, o país foi

¹¹ Celso Furtado foi um dos primeiros a propor um tratamento gradualista da inflação, baseado na convivência com elevados índices de elevação de preços ao mesmo tempo em que se executavam reformas estruturais que eliminariam as causas profundas da inflação. Essa proposta foi igualmente retomada com sucesso por Roberto Campos após 1964. In: EARP e PRADO (2007)

¹² PEREIRA, 1968. p. 180.

“comparado há um imenso canteiro de obras, tomado por incontida euforia desenvolvimentista”¹³.

Assim que assumiu a presidência, o General Médici propôs a elaboração do Programa de Metas e Bases de Ação do Governo, com metas econômicas e sociais para o período de 1970 e 1971. No geral, esse programa do governo pretendia a integração nacional do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central mediante o Plano de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

No entanto, as medidas mais efetivas do Governo Médici partiram da elaboração do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1972 a 1974. O objetivo principal do I PND era a “elevação do Brasil à categoria de país desenvolvido” e para tanto focou os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como pólos de desenvolvimento da economia nacional. Como resultante dessa política, houve a aceleração da industrialização, centralização do capital, aumento das desigualdades regionais e as exportações alcançaram índices elevados.

O “milagre” econômico brasileiro pode ser traduzido por duas tendências. Há o aumento da capacidade de aquisição de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis¹⁴, e fortalecimento de uma classe média em plena consolidação. Isso se deve à concentração de renda e ao desenvolvimento do crédito direto ao consumidor possibilitado pela correção monetária, que é a na realidade o grande responsável pelo êxito econômico do período do “milagre”.

Segundo Rangel, (1985, p. 48), “de fato, o que houve foi que, no período 1967-73, o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável (...), onde a correção monetária fora a peça chave das inovações institucionais que precedem a abertura dos juglares brasileiros”. O resultado foi que a taxa de inflação caiu de 88,4% em 1963, para 15% em 1971, enquanto, no mesmo período, o índice de crescimento industrial passava de 0,2% para 12%, e as taxas de crescimento do ramo alimentar ficaram em torno de 9,1% (Rangel, 1985).

As ideias de Rangel podem ainda ser complementadas pelas colocações de Paul Singer em sua obra “A crise do milagre”. Segundo Singer (1982, p. 61)

¹³ AARÃO REIS, 2005. p 54-56.

¹⁴ O setor automobilístico representou os maiores investimentos do capital estrangeiro. As taxas anuais de crescimento desse setor alcançaram 30%. Foi a ampliação do crédito ao consumidor a permissão da produção de carros de porte médio, por conta da revisão das normas de produção, que permitiu a implementação da indústria automobilística no Brasil, com a Ford, General Motors e Chrysler.

O boom iniciado em 1968 teve como causa básica uma política liberal de crédito que encontrou a economia, após vários anos de recessões, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido de mão-de-obra de pouca qualificação. A isto deve ser aduzido uma grande propensão a consumir das camadas de rendas elevadas. O crescimento bastante rápido que se verificou foi a resposta natural da economia a estas condições.

O Governo Médici pretendeu estabelecer um conjunto de medidas que estivessem em consonância com um determinado projeto de construção do Estado, em bases a um só tempo empresarial e autoritária. Até então, o regime civil-militar havia adotado medidas erráticas e centrado foco no discurso moralista do combate à corrupção e à subversão, o que correspondia a demandas políticas da direita brasileira das décadas de 1950 e 1960. As repercussões populares desse tipo de discurso eram limitadas. O Governo Médici representava uma nova mensagem governamental, com a ênfase no crescimento econômico acelerado e na eficiência técnico-burocrática.

Pretendia-se a construção de um país próspero economicamente, a fim de alcançar os objetivos esperados por ocasião do Golpe militar. Há uma redefinição do discurso nacionalista: o patriotismo confunde-se com militarismo e na defesa de um modelo socioeconômico de amparo da iniciativa privada, o que na prática acarretava a associação entre Estado e grandes grupos empresariais. O primeiro seria a garantia dos negócios dos segundos. Somam-se os resultados positivos do Brasil no âmbito econômico com um torcedor-presidente da República e se observa no Governo Médici uma combinação de fatores.

Aproveitando-se do momento e de suas próprias características, o Governo Médici alcançou largo apoio ou pelo menos neutralidade de amplos setores sociais apoiado em seus projetos de grandeza. Há assim um projeto político estabelecido desde 1964 e que teve resultados efetivos a partir de 1968 ¹⁵. O saldo positivo das medidas econômicas evidenciadas a partir do fim do Governo Costa e Silva revela o resultado de um projeto longo traçado pelo governo civil-militar, visto que as medidas político-econômicas aparecem desde o Governo Castelo Branco.

¹⁵ Durante a década de 1950, o Brasil apresentou um crescimento econômico intenso. Posteriormente, verificou-se a estagnação da economia, resultante do número elevado de substituição de importações e também da instabilidade política, como mostrou a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. O Governo Goulart apresentou inúmeras medidas de cunho político-econômico; no entanto, a economia apresentava índices reduzidos de crescimento, conforme mostra o PIB que, em 1962, tinha uma taxa de 5,3% e, em 1963, apenas 1,5%. O aumento da inflação, a queda das exportações e a diminuição da entrada de capital estrangeiro somaram-se à crise política e social que resultou no Golpe de 1964. Por isso, é possível afirmar que os resultados do “milagre” econômico verificados a partir de 1968 são consequência de um projeto nacional estabelecido desde a tomada do poder pelos militares.

PROPAGANDA, A ATMOSFERA DE OTIMISMO E O TRICAMPEONATO

O governo Médici, diante do milagre econômico contou com um aparato propagandístico decorrente do avanço das telecomunicações e as possibilidades de consumo de aparelhos televisivos. Em 1960, o índice de residências urbanas que possuíam televisão era de 9,5% e chegou a 40% em 1970.¹⁶ Os slogans e propagandas do Governo Médici divulgavam a imagem de um país como potência através de mensagens como “Ninguém segura este país”, mas igualmente foram associadas às perspectivas de vitória da Seleção Brasileira em 1970 por meio da canção “Pra Frente Brasil”.

É, pois, nesse sentido, que há a construção de uma atmosfera de otimismo capitaneado pelo Governo militar com o apoio dos meios de comunicação. Existe um imaginário social sobre o período de 1969-1974 que contribui para a explicação acerca do apoio e/ou apatia de inúmeros setores da sociedade civil com o regime que maximizava a repressão e a arbitrariedade. A imprensa da época, base da documentação pesquisada para este trabalho, permite vislumbrar o papel determinante dos meios de comunicação para formação de um imaginário político e social.

A idéia que 1964 e o Governo Médici representavam um novo caminho para o Brasil pautado na formulação de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento pode ser percebida no discurso de posse do presidente, quando afirmou que “como homem de meu tempo, tenho fé que possamos, no prazo médio de meu Governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição no ano 2000”¹⁷.

Carlos Fico empreende em “Reinventando o otimismo” uma reflexão a respeito da propaganda política do período compreendido entre 1969 e 1977. O otimismo em torno do regime, veiculado pela propaganda, ressignificou imagens há muito associadas ao país e sua população. Entre 1968 e 1973, o “milagre” econômico projetou entre os diferentes grupos sociais perspectivas otimistas diversas; sendo a classe média e a elite dos centros urbanos otimistas quanto à projeção do Brasil como potência internacional, e a população no geral esperava oportunidades de emprego e diminuição das disparidades de classe. Até a crise que se iniciaria em 1973, para boa parte da população, essas expectativas pareciam mais do que mero artifício propagandístico.

¹⁶ FAUSTO, 1999, p. 484.

¹⁷ FICO, 1997, p. 76.

Quando a Seleção Brasileira conquistou a Taça Jules Rimet e se tornou a primeira Seleção Tricampeã do mundo, os jogadores foram recepcionados com honrarias no país, tanto pelas ruas como pelo poder público pela figura do presidente Médici. As fotos e imagens veiculadas na ocasião pelos meios de comunicação, jornais, revistas e televisão mostram à exaustão os dirigentes, a comissão técnica e os jogadores sendo recebidos pelo presidente do Brasil. A construção de sentidos para a vitória foi amplamente canalizada para a tentativa de mostrar um país com projeção mundial, seja pela economia, seja pelo desempenho no futebol.

A IX Copa do Mundo de 1970 teve início em 31 de maio de 1970, na Cidade do México, com a transmissão da partida entre a Seleção do México e a Seleção da URSS¹⁸. Concomitantemente à estréia do Brasil no mundial no México, o governo Médici tentava articular a sucessão para os governos estaduais, o que era feito de forma indireta. As recomendações do Presidente Médici eram justificadas por uma suposta identificação dos indicados para com as necessidades de cada Estado; a posição do Presidente, todavia, contrariava os interesses da ARENA.

A situação podia revelar uma crise do governo, porém, como a Folha de São Paulo destacou, a goleada da Seleção Brasileira sobre a Tchecoslováquia seria “um refrigerio, um bálsamo mesmo para as mágoas e chagas que o problema sucessório nos Estados havia provocado nas almas sensíveis e sempre desejosas dos próceres da política nacional”¹⁹. Verifica-se, assim, uma articulação evidente entre os significados do futebol na sociedade brasileira e as redes de poder político, no caso inclusive aquelas relativas à atuação do Estado.

O que se assistiu no dia 21 de junho de 1970 foi à vitória contra a Seleção da Itália e conquista inédita da Taça Jules Rimet pela Seleção Brasileira, com um placar de 4 a 1, com gols de Pelé, Carlos Alberto, Gérson e Jairzinho. No dia seguinte, os jornais exaltavam a vitória do Brasil: “para nós, esse mundo é mesmo uma bola”²⁰.

Cabe destacar a comoção e a maneira como o Governo procurou apropriar-se das comemorações. O discurso de Médici transcrito no jornal Folha de São Paulo é um exemplo exato de como todos os princípios do projeto nacional empreendido pelo

¹⁸ Folha de São Paulo, 31 de maio de 1970, Primeiro Caderno, página 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/05/31/2//4344725>.

¹⁹ Folha de São Paulo, 06 de junho de 1970, Primeiro Caderno, página 3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/05/06/2>.

²⁰ Folha de São Paulo, 22 de junho de 1970, Caderno Ilustrada, página 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/06/22/21/4348417>.

militares permeavam o discurso da vitória do Brasil no campo esportivo – “Médici participa do entusiasmo do povo”²¹. Segundo Médici:

E identifico, na vitória conquistada na fraterna disputa esportiva, a prevalência de princípios que nós devemos amar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. Identifico no sucesso de nossa seleção de futebol a vitória da unidade e da convergência de esforços, a vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e da serenidade, da capacidade técnica, da preparação física e da consistência moral. Mas é preciso que se diga. Sobretudo, que os nossos jogadores venceram porque souberem ser uma harmoniosa equipe, em que, mais além da genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva. Neste momento de vitória. Trago ao povo minha homenagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar, em nossa incomparável seleção de futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro.²²

É a partir da confirmação do título que se iniciam as formulações de um discurso responsável por transformar a Seleção Brasileira de 1970 num mito nacional. Isso implicava uma elaboração de rituais para saudar o time que efetuava uma tentativa de fundir as multidões ao regime na elaboração de um imaginário social. Os jogadores foram apresentados como brasileiros heróis que provaram a capacidade do país em projeção internacional e receberam elogios de líderes mundiais, como Richard Nixon, então Presidente dos Estados Unidos.

O futebol, além de um esporte com milhões de adeptos no Brasil, aparecia mais uma vez no quadro de um amplo investimento para afirmá-lo como parte integrante da cultura popular e da identidade nacional. Mais do que isso, o desempenho excepcional do time e dos jogadores, individualmente, criaram a idéia de uma maneira própria do brasileiro praticar o jogo, algo que seria indissociável da vida cultural do país e expressão do caráter nacional: um símbolo da excelência brasileira nos gramados.

Principalmente, o futebol passou a fazer parte de um discurso de promoção do Brasil, como uma prova de que a vitória dos campos era um reflexo do momento positivo consolidado pelo país internamente. A Folha de São Paulo fornece um texto que exemplifica claramente essa colocação:

Coincidência ou não, as campanhas do Brasil, em disputa do título de campeão mundial de futebol, têm sido em grande parte, reflexo de nossa situação interna. Vencemos pela primeira vez em 1958, na época do desenvolvimentismo tumultuado que gerou euforias e confiança nas possibilidades nacionais; vencemos de novo em 1962, de maneira menos brilhante, mas dentro do mesmo impulso do campeonato anterior; já em

²¹Folha de São Paulo, 22 de junho de 1970. Primeiro Caderno, página 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/06/22/2/4348389>.

²² Idem.

1966, a decepção nos campos esportivos pagamos o mesmo preço que o país inteiro se via obrigado a pagar pelos erros do passado: a improvisação, a falta de infra-estrutura, o desenvolvimento às caneladas. A conquista de agora, que os especialistas não hesitam em classificar de a mais brilhante de todas, ocorre num momento em que o Brasil já concertou tradicionais erros, partiu para um desenvolvimento planejado e que tem certeza do que é e do que almeja. Teria sido simples coincidência? Na seleção brasileira de futebol não será refletido a mentalidade nova que se nota em todos os setores de atividades de nosso país?²³

O Tricampeonato de futebol de 1970 reverberou pela mídia do país associada à política, fosse no discurso do presidente Médici ou nas recepções entusiasmadas aos jogadores pelas principais cidades do país, notadamente Brasília. Em suma, significa que não é o futebol a ferramenta de manipulação popular, mas as imagens que estiveram associadas à sua prática no país e, em especial, ao sucesso internacional da Seleção Brasileira: símbolo de um Brasil que dava certo.

O Mundial de 1970 pode ser, para muitos, uma ilustração do quanto o futebol possa aparecer como “ópio do povo” e meio de alienação e manipulação da população. É claro que os governos tendem, assim como a imprensa, a utilizar-se de manifestações populares como o futebol para promoção. Mas, como vem sendo demonstrado, a referida vitória não pode ser isolada de um conjunto muito mais amplo de elementos, vinculados em especial à euforia com a economia, que explicam a aprovação do Governo Médici, ainda que este seja considerado o mais repressor e arbitrário do regime militar.

Assim, o Golpe de 1964 resultou de uma mobilização de forças civis com respaldo entre diferentes segmentos sociais, mas mais particularmente entre as camadas médias urbanas. A ditadura foi imposta e logo assumiu a bandeira do desenvolvimento econômico acelerado, com geração de emprego, de modo a justificar a deposição do governo civil de João Goulart. A partir do governo do General Costa e Silva, a política econômica obteve bons resultados e o fim do seu mandato corresponde ao início do “milagre” econômico brasileiro, consolidado no governo do General Médici.

O Governo Médici apoiou-se na vitória do mundial para associá-lo ao momento que o país vivia em termos econômicos. O “milagre” econômico e a vitória na Copa do Mundo de 1970 operavam na memória coletiva e seria a imagem projetada do país no cenário nacional e internacional. Baczko (1985) ressalta que o “o poder político, se

²³ Folha de São Paulo, 23 de junho de 1970. Primeiro Caderno, página 4. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp> 1970/06/23/2/4348449.

rodeia de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”²⁴.

APITO FINAL

É possível verificar a ocorrência de dois momentos importantes do Governo Médici: o “milagre” econômico brasileiro e a vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970. Ambos contribuem para a construção de uma atmosfera de expectativas sobre o Brasil, pois enquanto as políticas econômicas permitiam a consolidação de uma classe média consumista, o futebol era explorado como a máxima da eficiência brasileira em cenário mundial. De forma clara, os dois processos atrelavam-se para significar o Governo Médici como o mais representativo de todo o regime autoritário.

A Copa do Mundo de 1970 está no centro de um período de crescimento econômico, entre 1968 e 1973. O significado do “milagre” econômico está muito além de dados de crescimento da economia ou taxas de consumo e exportações, mas sim naquilo que representa para o Estado. O regime imposto em 1964 recebeu apoio civil, mas não de uma forma homogênea e absoluta, ainda assim criou expectativas quanto a suas posturas governamentais. Ainda que o Governo Castelo Branco, o primeiro do governo civil-militar, tenha alçado as bases políticas para recuperação da economia, os resultados efetivos só são quantificados no fim do Governo Costa e Silva e durante o Governo Médici.

A associação entre “milagre” econômico (numa acepção que remetia a outras experiências de sucesso, como a alemã e a japonesa no pós-guerra) e sucesso da Seleção Brasileira de futebol dá-se por intermédio de instrumentos de comunicação de massa eficientes. Ainda que se possam fazer questionamentos pontuais a propósito do “milagre” econômico em virtude da permanência da concentração de renda e aumento da dívida externa, é inegável que o governo apoiou-se sobre o sucesso econômico para legitimar-se diante de setores sociais que se mostravam receptivos à mensagem da modernização do país, expressa principalmente mediante símbolos de consumo e mobilidade social, como o automóvel e a casa própria, que por sua vez manteve apoio ao regime ou pelo menos a neutralidade.

²⁴ BACZKO, 1985, p. 296.

Contudo, não é possível verificar uma tentativa de apropriação direta do esporte por ocasião da Copa do Mundo de 1970. É razoável discorrer acerca de uma ligação entre política e futebol; porém, não é possível estabelecer uma relação maniqueísta de uso e manipulação do esporte, porque sequer existiam expectativas sobre a conquista do Tricampeonato de 1970. O mito construído sobre a Seleção Brasileira de 1970, como “melhor de todos os tempos” é, evidentemente, posterior à conquista do campeonato mundial.

REFERÊNCIAS

Acervo da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa, 1985.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FICO, Carlos. **Reiventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2010.

MATOS, Heloísa. **Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional – o caso AERP** In: *História das relações públicas: fragmentos da memória de uma Área*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil, 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1964.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.